

Supercomissão acaba trabalho da CPI

Orçamento

Uma Comissão Especial de Sindicância (CES) da Câmara, tão poderosa quanto uma Comissão Parlamentar de Inquérito, dará continuidade, a partir de amanhã, às investigações sobre os 12 deputados suspeitos de participar de irregularidades no Orçamento Geral da União, cujas provas colhidas pela CPI do Orçamento não foram suficientes para incriminá-los.

Esta CES, que terá poderes de quebrar o sigilo bancário dos investigados, será presidida pelo segundo-vice-presidente da Câmara, Fernando Lyra (PSB-PE), e terá como relator o deputado Vital do Rego (PDT-PB), parlamentar de confiança do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Para a quebra do sigilo bancário, a Comissão deverá encaminhar o pedido à Mesa, que o submeterá à apreciação do plenário da Câmara, na forma de Projeto de Resolução. A maioria simples dos presentes dará a autorização para a quebra do sigilo.

A Comissão Especial terá 30 dias de prazo para terminar seus trabalhos, prorrogáveis por mais 30, se assim for necessário. Além de Lyra e Vital do Rego, a CES

JEFFERSON RUDY



Vital do Rego, novo relator: nova comissão terá poderes iguais aos da CPI

terá um representante de cada partido com mais de 30 parlamentares na Câmara: José Thomaz Nonô (PMDB-AL), José Abrão (PSDB-SP), Beth Azize (PDT-AM), Benedito Domingos (PP-DF), Carlos Kayath (PTB-PA), Prisco Viana (PPR-BA), Ney Lopes (PFL-RN) e Hélio Bicudo (PT-SP). O detalhe é que todos os dez participantes da Comissão Especial foram escolhidos pes-

soalmente por Inocêncio Oliveira, que nem sequer chegou a consultar qualquer líder partidário para fazer a indicação. "É uma Comissão Especial de Sindicância e a nomeação é prerrogativa do presidente da Casa", justificou Inocêncio. Lyra não concorda com a idéia.

A Comissão Especial deverá terminar o trabalho que a CPI do Orçamento não conseguiu com

relação a estes deputados: José Luiz Maia (PPR-PI), Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), Gastone Righi (PTB-SP), Paes Landim (PFL-PI), Uldurico Pinto (PSB-BA), José Carlos Aleluia (PFL-BA), Mussa Demes (PFL-PI), Pedro Irujo (PMDB-BA), Pinheiro Landim (PMDB-CE), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), Jesus Tajra (PFL-PI) e Roberto Jefferson (PTB-RJ). A situação de Tajra, Jefferson e Tadeu Mudalen é considerada pela Mesa Diretora da Câmara de resolução mais simples. Por isto, é possível que a própria Mesa decida nem encaminhar os processos deles à Comissão Especial.

O relator da Comissão, Especial, Vital do Rego, disse que pretende requisitar todos os documentos produzidos pela CPI do Orçamento. Ele vai querer ouvir os acusados novamente. Deseja que todos os depoimentos sejam públicos, mas Inocêncio Oliveira disse que cada caso deverá ser estudado, antes de se abrir ou fechar a sessão. Vital do Rego, que foi o relator da cassação de Jubes Rabelo (RO), disse que pretende terminar o trabalho dentro de 30 dias iniciais mas, se for preciso, pedirá mais prazo. O trabalho da Comissão Especial de Sindicância será desenvolvido ao mesmo tempo em que a Comissão de Constituição e Justiça estará examinando os casos de 16 deputados e um suplente apontados pela CPI para a cassação do mandato, por causa do envolvimento em corrupção no Orçamento Geral da União.